

# DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: O MOVIMENTO EM BUSCA DE SENSações

Eixo: Práticas de Educação Especial

BARANOSKI, Andréa Cristina<sup>1</sup>  
DAVID, Mônica Cristiane<sup>2</sup>  
PACHECO, Sílvia Cristini<sup>3</sup>  
BORGES, Vanusa Emilia<sup>4</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição brasileira determina no artigo 205 que a “A Educação é direito de todos”. Esta é, sem dúvida, uma das considerações mais expressivas de toda nossa legislação. Garante o direito ao estudo para todos os cidadãos independente de sua cor, raça, crença, cultura, características físicas ou classe social.

Todo o indivíduo que tem acesso à educação tem também acesso a maior participação na sociedade, podendo ser integrado ao mercado de trabalho com mais facilidade e, conseqüentemente, administrar uma condição social mais propícia, livre da pobreza, da miséria e da ignorância, assegurando a si mesmo a capacidade de exigir seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Neste sentido, quando se refere “dever do Estado”, é necessário que os cidadãos tenham consciência que são os responsáveis pelas suas escolhas e que não devem delegar o que lhes cabe, o que é de sua responsabilidade, para outros. Portanto, são as pessoas que definem como será o Estado, realizando eticamente e moralmente ações dignas que trazem benefícios para a sociedade. Assim, é importante que cada cidadão assuma sua função, conheça seus deveres e direitos acompanhando e fiscalizando o trabalho dos que nos representam.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade Opet.

<sup>2</sup> Mestre em Educação, Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico e em EaD, Professora de Graduação e Pós -Graduação das Faculdades OPET, FAEL, Supervisora de Estágio na Faculdade Opet e Orientadora de TCC.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade Opet.

<sup>4</sup> Mestre em Educação, Pedagoga. Tutora presencial do curso de licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Opet.

E é justamente esta “consciência cidadã” um dos objetivos da educação. Tornar o indivíduo consciente de suas escolhas, fazer entender que suas escolhas podem interferir diretamente na constituição da sociedade em que vive, prepará-lo para se tornar agente transformador e principalmente dar a ele a condição de ser um sujeito autônomo.

A Educação Especial tem os mesmos princípios. Considera o indivíduo com necessidades especiais também como um agente transformador da sua própria realidade, não julga suas possíveis limitações e o respeita como ser singular, que também tem deveres e direitos.

Durante muito tempo, pessoas com deficiências físicas e/ou mentais eram rotuladas com as mais diferentes expressões pejorativas, isso porque eram incluídas em um grupo específico de pessoas, consideradas anormais e incapazes, sendo marginalizadas dentro da sociedade em que viviam. Essas denominações limitavam as possibilidades e potencialidades das pessoas com deficiência. Trata-se de substituir a pessoa por sua circunstância (SANTOS, 1995).

Existem inúmeras definições de “Deficiência”, considerando os inúmeros fatores que a circundam, ficando difícil encontrar uma definição que expresse com propriedade o que ela realmente representa. A OMS (Organização Mundial da Saúde) define a deficiência intelectual como um funcionamento intelectual abaixo da média, que traz perturbações na aprendizagem, na maturidade e no ajuste social, constituindo um estado no qual o desenvolvimento da mente é incompleto ou se detém.

Neste contexto, o desafio do professor da Educação Especial é fazer com que seu aluno explore seus próprios limites, conheça suas capacidades, busque novos desafios, interaja com sua criatividade e curiosidade, valorize-se e acima de tudo, supere qualquer preconceito que possa tentar conduzi-lo ao fracasso. Assim sendo, ele terá condições de assumir seu papel na sociedade, exigir seus direitos e cumprir com seus deveres como qualquer outro cidadão, dentro de seu contexto particular.

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20-12-1996, trata, especificamente, no Capítulo V, da Educação Especial. Define-a por modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Atende todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior. Se difere da Educação Regular por obter características pedagógicas mais personalizadas no contexto biopsicossocial do aluno com deficiência.

## **2 JUSTIFICATIVA**

As atividades físicas trazem consigo inúmeros benefícios para a saúde física e intelectual de qualquer ser humano. Para alunos com deficiência motora e/ou intelectual, não é diferente. A prática de atividades físicas frequentes estimula o

aluno a desafiar seus limites, descobrir potencialidades, trabalhar sua autoestima e promove a interação social entre os alunos.

De acordo com a Carta Internacional de Educação Física e Desporto (1978) a UNESCO estabelece que a prática da educação física seja um direito de todos e que programas devem dar prioridade aos grupos menos favorecidos no seio da sociedade.

Quanto aos benefícios, às atividades físicas podem proporcionar ganhos de agilidade no manejo da cadeira de rodas, de equilíbrio dinâmico ou estático, de força muscular, de coordenação motora, dissociação de cinturas e de resistência física; de forma geral o favorecimento de sua readaptação ou adaptação física global (ROSADAS, *et al*, 1986).

Para alunos com deficiência intelectual é importante o trabalho mais concreto, mais objetivo e prático, considerando que os aspectos lúdicos, em muitos casos, não apresentam resultados práticos para estes alunos.

Segundo Vygotsky (1989), a pessoa com Deficiência Intelectual tem dificuldade de generalizações que requerem maior abstração da situação, das relações de fantasias, conceitos e do irreal. Para ele essas pessoas possuem uma boa memória para os fatos concretos, mas ao mesmo tempo seu pensamento está desprovido de imaginação.

Cabe ao professor estar preparado para propor as atividades de acordo com as necessidades e potencialidades de seus alunos, tirando-os do sedentarismo comum para eles, tornando-as motivadoras, desafiadoras, divertidas e estimulantes, despertando assim o interesse do aluno em participar e buscar os resultados por ela proposto.

Neste sentido, a proposta de trabalho subsequente auxiliará no processo de emancipação do aluno com deficiência intelectual.

### **3 OBJETIVO GERAL**

Desenvolver habilidade de exploração do movimento estimulando novas sensações, comunicação, expressão e interatividade.

### **4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Estimular o esquema corporal e a coordenação motora.
- Incentivar a orientação de espaço, localização, direção e dimensão.
- Promover socialização, experiência com suas possibilidades, potencialidades, limitações e autonomia.

- Estimular habilidades motoras e funcionais para melhor realização das atividades de vida diária.
- Trabalhar a superação de situações de frustração.
- Explorar materiais, texturas e sensações a partir dos movimentos.

## 5 PROBLEMATIZAÇÃO

Como a atividade física pode contribuir para com o desenvolvimento biopsicossocial do aluno com deficiência intelectual?

## 6 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A primeira atividade realizada será voltada às sensações. O professor deverá levar os alunos até um espaço aberto, com contato direto com a natureza, de preferência em um jardim dentro da escola.

Neste jardim, fará uma roda de conversa com os alunos, os quais deverão se acomodar como se sentirem melhor, sentados no chão, em cadeiras, ou mesmo em pé, se assim preferirem.

O professor iniciará a atividade, explicando para os alunos que a natureza apresenta para nós as mais diferentes formas, como por exemplo, o círculo das frutas e flores, o retângulo de alguns troncos de árvore, as formas irregulares das folhas das árvores, etc. e cada uma destas formas tem texturas diferentes. Então, pedirá aos alunos que observem a sua volta e -se possível- digam às formas que estão vendo e como acham que é a textura destas formas.

Em seguida, o professor distribuirá aos alunos uma cestinha e pedirá que eles se dividam em duplas e os direcione até o jardim para procurar formas e texturas variadas. O professor deverá incentivar os alunos a pegarem folhas nas árvores, pedras no chão, arranjar pedacinhos da grama, juntar um pouquinho de terra, enfim, itens que exijam deles movimentar-se para pegá-los, dentro de suas limitações, porém explorando suas possibilidades. O objetivo é fazê-los movimentar-se. Os alunos devem colocar o que encontrarem nestas cestinhas e trazer para a roda de conversa novamente. Sugere-se que as duplas sejam montadas, considerando o trabalho em dupla, um aluno poderá auxiliar o outro, caso a mobilidade de um deles seja comprometida. Para outros casos, os professores auxiliares, poderão compor estas duplas também. O tempo para a realização desta atividade vai depender exclusivamente das características que compõe o grupo.

Já de volta na roda de conversa, o professor pedirá aos alunos que troquem suas cestas uns com os outros para que façam o manuseio deles a ponto de explorar suas texturas, formas e cores, apertando-os, cheirando-os, amassando-os, prestando atenção no barulho que fazem ao serem manuseados. As cestas devem rodar pelo grupo de forma que todos os alunos tenham acesso a todas as cestas.

Esta troca deve ser de forma aleatória, preferencialmente fazendo com que os alunos se movimentem, saindo de seus lugares, na medida do possível.

No centro do círculo, o professor deixará esticado um lençol (poderá jogar sobre ele, sementes como arroz, feijão, milho, etc.). O professor pedirá que as duplas se dirijam ao centro do círculo e despejem/espalhem de forma aleatória no lençol, todos os itens que encontraram.

Em seguida, o professor deverá fazer uma seleção dos objetos deixados no lençol, retirando os itens pontiagudos, ou os que possam machucar ou causar danos aos alunos. Na sequência, o professor pedirá e auxiliará os alunos a retirarem seus sapatos e um a um, incentivá-los a ir até o lençol e caminhar sobre ele. Para os alunos que utilizam cadeira de rodas ou tenham a mobilidade debilitada, o professor o conduzirá até o lençol e poderá fazer com que estes alunos, coloquem outras partes do corpo aonde tenham sensibilidade para que possam sentir por outros meios às texturas dos itens.

Ao final da atividade, os alunos poderão conversar sobre a experiência que tiveram, sobre o que acharam destacando o que mais gostaram.

## 7 RECURSOS DIDÁTICOS

- Cestas pequenas de vime, ou outro material, grãos de arroz, feijão, milho, (sugerido); folhas de árvore, pedrinhas, terra e lençol.

## 8 AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados no momento da exploração do local para extração do item da natureza, durante a troca das cestas e manuseio dos objetos, observando a coordenação motora e demais habilidades dos mesmos.

## 9 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em: [www.mec.gov.br/legis/default.shtm](http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm). Acesso em: 20 Setembro. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Atendimento Educacional Especializado**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_dm.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf). Acesso em: 19 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20-12-1996. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 19 de setembro de 2017.

OMS, **Organização Mundial da Saúde**. Centro Brasileiro de Classificação de doenças, Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.fsp.usp.br/cbcd/>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.

ROSADAS, S. C. *et al.*(1986) **Educação Física para deficientes**. Rio de Janeiro Ateneu, p. 214.

SANTOS, W. C. S. **O difícil processo de ressignificação da deficiência mental: os profissionais falam de sua prática**. 1995. Dissertação (Mestrado)—Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

UNESCO. Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas. **Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002164/216489por.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.

VIGOTSKY, L. S. **Fundamentos de Defectologia**. Obras completas. Espanha: Editorial Pueblo y Educación, 1989.